

Política

CONSTITUINTE

PROPRIEDADE: NINGUÉM VENCE.

Depois de três dias de ensaios e impasse, surgiu ontem o primeiro "buraco negro" da nova Constituição: um vazio no local onde deveriam constar as disposições sobre a propriedade. Nem o Centrão, com seus 236 votos, conseguiu aprovar seu substitutivo, nem as esquerdas, com seus 255 votos, conseguiram aprovar o texto da Comissão de Sistematização. Ninguém cumpriu o acordo firmado na noite anterior, no Palácio do Planalto, com o presidente Ulysses Guimarães, para aprovação de um texto alternativo.

Hoje haverá uma tentativa extra de superar o "buraco negro": o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) comprometeu-se a apresentar às 11 horas, no gabinete de Ulysses Guimarães, um texto alternativo relativo à propriedade privada, para submetê-lo aos diversos grupos na busca dos 280 votos necessários para aprovação.

Na votação de ontem, nenhum líder discursou a favor do texto do Centrão, limitando-se a informar que votariam a favor. Nesse momento, o deputado Gastone Righi (PTB-SP) acabou revelando que o Centrão estava dividido, ao anunciar que o grupo votaria a favor do texto acertado na véspera no gabinete de Ulysses Guimarães. Imediatamente, o deputado Gerson Peres (PFL-PA), outro integrante do Centrão, correu ao microfone de apertar para informar que o grupo não aceitaria acordos feitos fora da Constituinte — referindo-se ao fato de o entendimento ter-se dado no Palácio do Planalto, onde Ulysses Guimarães substituiu o presidente Sarney.

Rompimento

Os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e José Lourenço, líder do PFL, foram os responsáveis pelo rompimento do acordo entre o Centrão e o PMDB sobre o direito de propriedade. Ao tomar conhecimento do que fora acertado com Ulysses, Bonifácio discordou e passou a convencer outros integrantes do Centrão a não aprovarem a emenda surgida do consenso.

O rompimento do acordo se deu por volta das 11 horas, após dois telefonemas entre José Lourenço e o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte. Na primeira vez, por volta das 10 horas, Covas informou a Lourenço que estava conversando com os partidos de esquerda para fechar o acordo e que tudo caminhava bem, pedindo que um novo contato fosse feito em uma hora. Quando José Lourenço ligou a segunda vez para Covas, este estava ao telefone e Lourenço, irritado por não ter uma resposta imediata, disse à secretária de Mário Covas que informasse a ele que o acordo estava rompido, sem dar maiores explicações.

O texto do Centrão é o seguinte: "É assegurado o direito de propriedade. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro. Em caso de perigo público iminente, a autoridade competente poderá usar propriedade particular, assegurada indenização ulterior, se houver dano".

O texto acordado, fruto de fusão de emendas coletivas do Centrão, do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) e José Guedes (PMDB-RO) dizia o seguinte:

"É assegurado o direito de propriedade. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, interesse social ou para a proteção do bem estar social, do meio ambiente e conservação dos recursos naturais, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição. Em caso de perigo iminente, a autoridade competente poderá usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano".

Bonifácio de Andrada, não aceitou o texto acertado, dizendo que não concordava com a proteção do bem estar social. Afif Domingos (PL-SP), que também não concordou com a proposta, disse que atendia a um apelo das bases, que achava não ser possível fazer acordo nestes termos: "Sou solidário aos meus companheiros de base que não aceitaram o acordo, mas sempre afirmei que só através do entendimento será possível se redigir os artigos ou parágrafos polêmicos. Agora, ficou provado para estes que o consenso será necessário e que os



Roberto: light ou heavy metal?

Covas: desalento.

Os deputados Bonifácio Andrada e José Lourenço comandaram a rebelião contra o acordo firmado no dia anterior. Mas Roberto ainda acredita em entendimento e unidade.

E O CENTRÃO SE DIVIDE

O fim do acordo entre o Centrão e as esquerdas em torno da votação do direito à propriedade provocou também o rompimento da coesão do próprio grupo suprapartidário. Roberto Cardoso Alves, Gastone Righi, Luís Eduardo Magalhães e outras lideranças expressivas estavam a favor do acordo. Mas não conseguiram impor suas ideias contra a negativa de Ricardo Fiúza, Afif Domingos, José Lourenço e Bonifácio de Andrada. Juntos, esses constituintes formavam o núcleo de comando do grupo e mostravam sua unidade em todas as votações anteriores.

Para Luís Eduardo Magalhães, não se trata de uma divisão, mas de "má organização": ele reconhece que é difícil a manutenção de um grupo suprapartidário "sem uma liderança formal". O senador Jarbas Passarinho, também favorável ao acordo, sempre responde que não sabe bem o que é o Centrão, por isso não pode afirmar se o grupo está dividido, "já que aqui há de tudo".

"Não se trata de divisão mas de exaltação", explicou o deputado José Geraldo, que encara com naturalidade as divergências internas do grupo. "Aqui o Centrão pode brigar com a direita, mas nunca vai aliar-se com as esquerdas", comenta o de-

putado, avaliando que com seu discurso, Bonifácio de Andrada exaltou os ânimos e tentou provar que a proposta de acordo representa a antítese do que defendia originalmente o Centrão. Já Bonifácio de Andrada admite as divergências internas no Centrão, que classifica de "naturais", num grupo harmonioso na defesa dos temas polêmicos mas variado em suas origens partidárias. "O PMDB é que prejudica o Centrão", disse Andrada, que é do PDS de Minas.

Luís Eduardo Magalhães e José Geraldo lamentaram o fracasso do acordo e previram dificuldades futuras, caso as divergências continuem. A maioria dos integrantes do Centrão nega a existência da divisão, mas isso só a confirma já que cada um coloca a culpa dos desentendimentos sobre os outros.

Para Roberto Cardoso Alves, o Centrão ontem sofreu uma fissura que poderia ter sido evitada, caso houvesse consenso em torno da proposta sobre direito de propriedade surgida na reunião com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, na segunda-feira à noite. "Trabalhei pelo acordo, embora muitos digam que eu sou heavy metal e que os outros são light. Cardoso Alves creditou o surgimento do impasse à

intransigência "dos defensores da propriedade" mas acredita que ainda seja possível um acordo:

— O vento de Deus soprará sobre a superfície da água e assim que se abra o tal buraco, que para mim é branco e não negro, as partes voltarão a conversar e a se entender.

O Centrão também perdeu ontem 18 integrantes da bancada evangélica que decidiram abandoná-lo "para negociar com qualquer tendência. Não fomos consultados em muitas propostas", alegou um de seus líderes, o deputado Gidel Dantas (PMDB-CE).

Entre os peemedebistas integrantes do Centrão, foi iniciada ontem uma coleta de assinaturas para divulgar o documento definindo a decisão de se afastar do grupo. Os moderados do PMDB defendem o entendimento interno para não se submeter a líderes de outros partidos, como Amaral Neto e Bonifácio Andrada, do PDS, e José Lourenço, do PFL. E até o final do mês, pelo menos dez peemedebistas deverão deixar o partido, independentemente de haver ou não reunião do Diretório Nacional. Nem todos são do MUP (Movimento de Unidade Progressista). A informação foi dada pelos deputados Fernando Lyra, ctávio Eliseo e Cristina Tavares.

A VOLTA DOS PIANISTAS

Sarney Filho não estava em plenário. Mas alguém votou por ele.

Os pianistas voltaram ao Congresso, mesmo com o novo painel eletrônico. Ontem, o deputado Brandão Monteiro, líder do PDT disse ter descoberto por puro acaso que o deputado Sarney Filho (PFL-MA) estava ausente do plenário — mas seu nome constava do painel votando a favor de uma emenda do Centrão — na hora da votação. Monteiro disse que já estava "atento ao problema das fraudes", pois recebera uma denúncia sobre isso. Mas não tinha conseguido comprová-las.

Brandão Monteiro relatou que estava no plenário, quando ouviu dois constituintes do Maranhão comentarem, do seu lado, as ausências do sobrinho e do filho do presidente da República, os deputados Albercio Filho e Sarney Filho. "Olhei então para o painel de votação e vi o nome do deputado Sarney Filho entre os parlamentares que votaram a favor do direito de propriedade."

Intrigado com o fato, Brandão Monteiro falou com o líder do PFL, José Lourenço, que confirmou a ausência de Sarney Filho da votação. Sem se dar por satisfeito, o líder pedetista fez a mesma pergunta a outros representantes do Maranhão e todos admitiram a ausência de Sarney Filho. Insistiu em mais uma confirmação: ligou para o gabinete do filho do presidente e o funcionário que atendeu disse que o parlamentar não estava, sem esclarecer se em Brasília ou nas dependências do Congresso.

Na segunda votação do dia, Brandão Monteiro disse que não tirou os olhos do plenário, até que o nome de Sarney Filho

apareceu pela segunda vez, votando contra a proposta da Comissão de Sistematização. Foi então que o parlamentar decidiu denunciar o fato, pedindo à Mesa que fosse apurado quem havia votado por Sarney Filho. No gabinete de Sarney Filho, o chefe de gabinete Jair Júnior repetiu que "o parlamentar saiu daqui às 15h00 e se dirigiu ao plenário".

Ulysses ausente

À noite, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, garantiu que o episódio será investigado. Ulysses não estava presidindo os trabalhos, sendo substituído pelo deputado Jorge Arbage. Ulysses não soube informar qual o tipo de punição caberia ao parlamentar e disse que isso ficará esclarecido depois de uma análise do regimento da Constituinte.

Ainda ontem, os deputados Benedito Gama e José Carlos Martinez encaminharam à Mesa da Constituinte um requerimento pedindo que os técnicos responsáveis pelo painel eletrônico localizem a bancada e o respectivo terminal de onde foi registrado o voto do deputado Sarney Filho. Segundo explicaram, os técnicos foram consultados e confirmaram ser possível atender à solicitação.

Teoricamente, um constituinte poderia votar até cinco vezes na mesma questão: ele pode digitar o número de código de outro constituinte e depois, além de seu número, pode acessar o voto de outros três, nos quatro postos de votação coletiva que foram instalados no plenário e sobre os quais não há controle.

Embora esse número de código de cada parlamentar seja considerado uma informação secreta, ele pode ser visto por qualquer pessoa, pois existe uma relação com tais números, sobre a Mesa da Câmara, "para o caso de algum esquecimento", como disse ontem um constituinte.

Para o senador Virgílio Távora, do PDS-CE, um fato como esse "envergonha a instituição", mas vai continuar a ocorrer enquanto for mantida a bancada de votação suplementar para os constituintes que não têm cadeira no plenário.

A imagem

À noite, parlamentares do PMDB, do PFL, do PDS, do PL e até mesmo do PDT, lamentaram a atitude de Brandão Monteiro, de denunciar a fraude: "Se o PDT pretendia atingir o presidente Sarney, acabou atingindo a Assembléia Nacional Constituinte", comentou o ex-líder do PMDB, deputado Pimenta da Veiga.

Outros parlamentares observaram que será muito difícil comprovar a origem da fraude: saber se alguém votou pelo deputado Sarney Filho para evitar que fosse registrada a sua ausência ou se alguém votou para prejudicar o filho do presidente da República, tendo conseguido seu código de votação eletrônica, depois de confirmar sua ausência de Brasília.

"De qualquer forma", disse Lúcio Alcântara, "o fato vai prejudicar a imagem da Constituinte". "Isso foi muito ruim para todos nós", desabafou o senador Albano Franco (PMDB-SE).

A Polícia Federal invadiu ontem a sede do PT em São Paulo e o Sindicato dos Bancários em Brasília para apreender os cartazes da CUT contra os deputados do Centrão. Além dos protestos do PT, o presidente do partido, Lula da Silva, resolveu lançar um desafio: agora é que a agremiação vai se empenhar a fundo na campanha de rua.

A guerra dos cartazes

A Polícia Federal provocou ontem protestos generalizados de entidades sindicais de todo o País ao invadir, sem ordem judicial, a sede do PT paulista e, em Brasília, a sede do Sindicato dos Bancários, para apreender milhares de cartazes e panfletos com os nomes, fotos, partidos e telefones dos constituintes moderados apontados como "traidores do povo" que apoiam as emendas do Centrão consideradas contrárias aos interesses dos trabalhadores.

Em Brasília, o presidente interino da República, deputado Ulysses Guimarães, apressou-se a explicar que nenhuma orientação nesse sentido partiu do Palácio do Planalto e se houve invasão foi por ordem judicial. Em São Paulo, no entanto, o próprio delegado da PF que chefiou a operação, Jaime Petra, chegou a dizer que sua autoridade substituiu o mandato judicial de busca e apreensão e que obedecia ordens de Brasília.

As reações nos meios sindicalistas não tardaram, tão logo se soube da invasão do PT em São Paulo, de manhã (em Brasília a PF agiu à tarde). Enquanto a direção nacional da CUT, em São Paulo, marcava para às 9h de hoje uma reunião para decidir o que fará, inclusive em termos jurídicos, em Brasília, o líder petista, deputado Luís Inácio Lula da Silva, fazia um desafio:

"O PT não vai se submeter a isso. Até agora, não tínhamos feito nenhum cartaz, entendíamos até que os cartazes estavam generalizando e, às vezes, cometiam injustiças. O PT, porém, vai, a partir de agora, fazer boletins e cartazes sobre cada votação de artigo e capítulo da nova Constituição e distribuí-los. Vamos ver se a Polícia Federal tem coragem de prender os dirigentes do PT".

"Se o Centrão não quiser ser denunciado que vote favoravelmente aos interesses da classe trabalhadora", disse ainda Lula,



Os cartazes espalhados nas ruas de São Paulo pela CUT e PT, considerados "constrangimento ilegal" pela Polícia Federal e a apreensão em Brasília, sem mandato judicial.

que estranhou a ação da polícia sem ordem judicial, tendo apenas um telex de Ulysses Guimarães, como presidente da Constituinte, pedindo providências. "O que estranhou em primeiro lugar é que os métodos da Polícia Federal continuam tão ilegais quanto os da Velha República. Estranhemos ainda que os pedidos de apuração de

corrupção, de violência ou morte de trabalhadores rurais nunca sejam atendidos. Já contra movimentos sociais a ação da polícia é imediata", acusou Lula.

Em São Paulo, além dos protestos de parlamentares petistas que foram ao local após a invasão, a bancada do PT na Câmara emitiu nota de repúdio a Ulysses Guima-

rães e o advogado Luís Eduardo Greenhalgh anunciou que entrará com processo na Justiça contra a atuação "arbitrária".

Da PF.

Em Brasília, o delegado, chefe da operação de invasão do sindicato, Aluísio Barcelos, disse que cumpria ordens do presi-

negociadores estão, definitivamente, com a procuração de todo o grupo".

O impasse criado ontem causou muitos prejuízos ao Centrão, segundo avaliação do deputado José Geraldo (PMDB-MG), que considerou "insensatez" a atitude de Andrada. "É, daqui pra frente o diálogo estará prejudicado. Com quem vamos negociar agora? Com que autoridade vamos conversar se depois de tudo pronto uma minoria melou o acordo? Isso é um absurdo e causou irritação a muitos companheiros do Centrão, que acabaram votando contra a nossa emenda por causa da falta de ética de alguns colegas" — desabafou ele. Para José Geraldo, Andrada foi o mentor do rompimento e Lourenço o instrumento.

O Centrão se reunirá hoje, a partir das 8h30, para iniciar o estudo de um novo texto sobre o direito de propriedade.

Sessão

Após a discussão que se seguiu em plenário à sucessiva rejeição dos dois textos, o presidente em exercício, senador Mauro Benevides, optou por colocar em votação duas das emendas individuais apresentadas pelos constituintes Amaury Muller (PDT) e Lula da Silva (PT), por serem elas alternativas e não modificativas, aditivas ou supressivas dos textos que, não sendo aprovados, deixaram de existir. Embora apresentadas por parlamentares socialistas, tais emendas se atinham ao conceito capitalista de propriedade, mas uma delas, de Muller, atribuía à lei ordinária a prerrogativa de disciplinar seu uso e limites, enquanto a de autoria de Lula considerava a propriedade como assegurada pelo Estado e aludia à desapropriação de bens de produção.

A emenda de Amaury Muller foi rejeitada por 249 votos contra 177 e 29 abstenções, num total de 451 votos, enquanto a de Lula, num total de 474 votos, alcançou 134 aprovações, 317 rejeições e 23 abstenções.

Depois de quase seis horas de sessão, a Constituinte aprovou apenas um parágrafo ao título II dos Direitos e Garantias Fundamentais, estabelecendo que a pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. A proposta resultou da fusão de emendas do senador Nelson Carneiro e dos deputados Afif Domingos e Joaquim Sucena, e foi aprovada por 406 votos favoráveis, 27 contrários e 11 abstenções, totalizando 444 votos. Lei ordinária definirá a extensão da propriedade.

A emenda foi apoiada pelo relator Bernardo Cabral e defendida em plenário pelo senador Nelson Carneiro. O presidente da sessão, senador Mauro Benevides, equivocou-se e anunciou como rejeitada justamente a única emenda aprovada ao longo do dia. Não chegou a ser votada a emenda do deputado Miraldo Gomes (PMDB-BA) estendendo o mesmo princípio da impenhorabilidade para imóveis residenciais de valor inferior à cem vezes o salário mínimo oficial.

Ulysses Guimarães lamentou ontem à noite o fato de o plenário da Constituinte não ter aprovado a redação que trata do direito de propriedade.

Para o presidente da Constituinte, o que ocorreu ontem no plenário do Congresso, com relação à votação do direito de propriedade, "cujo acordo já estava praticamente fechado", é mais uma demonstração de que é preciso haver entendimento entre as lideranças. "É fundamental o entendimento, principalmente nas questões mais polêmicas, para não correremos o risco de cairmos no chamado "buraco negro", que poderá criar posteriormente problemas muito mais sérios."

Ulysses Guimarães disse que a regra para tratar todos os assuntos polêmicos está sendo até agora o entendimento, mas lembrou que ainda existe "uma outra porta". Ele defendeu que em última instância, no caso de não haver acordo sobre os temas mais polêmicos, estas questões sejam resolvidas pelas leis complementares.

Texto

A única emenda aprovada ontem na votação tem a seguinte redação: "A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. A lei definirá os meios de financiar o seu desenvolvimento".

dente em exercício Ulysses Guimarães, embora o próprio Ulysses tenha desmentido o fato. Disse ainda o delegado que a ação se baseou no crime de constrangimento ilegal aos constituintes, previsto no artigo 240 do Código Penal, que autoriza a polícia a fazer busca desde que haja fundadas razões.

Já a advogada dos bancários, Auta Madeira de Araújo, nega que tenha havido constrangimento, "uma vez que não houve nenhuma violência ou grave ameaça que diminuísem a resistência física destes parlamentares". De qualquer forma, a PF estará recebendo os depoimentos da diretoria do Sindicato dos Bancários de Brasília, a partir de hoje, e com base neles determinará se haverá ou não abertura de inquérito sobre a invasão e apreensão.

Protestos contra a invasão partiram também do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que em telex ao presidente da República considera a ação da PF um constrangimento ilegal ao direito de livre manifestação do pensamento. E a Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul afirma em telex a Ulysses Guimarães que a invasão "pode ser alinhada às atitudes adotadas nos períodos do auge da censura e do despotismo". Frisa ainda que "resguardar os corruptos e punir quem os denuncia foi o comportamento observado nas mais de duas décadas de arbítrio do regime militar".

Em Curitiba, a Federação dos Bancários anunciou que continuará confeccionando e distribuindo cartazes com os nomes dos constituintes do Paraná que apoiam o Centrão. E seu presidente, Roberto Pinto Ribeiro, desafiou "quem quer que seja" a processar a entidade por esses atos. Lá, a Polícia Federal limitou-se a pedir à prefeitura que retire os cartazes dos muros e paredes e a anunciar que convocará os responsáveis para orientá-los a não fazer mais isso.